

Regras de aposentação agravadas para todos

Já a partir de 2007, os trabalhadores que quiserem reformar-se aos 65 anos, sem uma penalização de 5%, terão de escolher entre começar a descontar mais ou trabalhar mais cinco meses. Esta é a consequência da nova regra de ligação à esperança média de vida. Os descontos serão reduzidos para famílias numerosas e agravados para quem não tem filhos

① Carla Aguiar ② Natacha Cardoso

Sob o lema "Uma reforma que não pode esperar mais", José Sócrates anunciou ontem no Parlamento as propostas para uma "reforma estrutural" da Segurança Social, que agravará as condições de aposentação e as contribuições dos trabalhadores sem filhos, incentivando, em contrapartida, a natalidade.

A principal mudança, com efeitos mais imediatos na sustentabilidade financeira do sistema, será a de ligar a idade de reforma e o valor da pensão à esperança média de vida. Embora a idade legal de reforma se mantenha nos 65 anos, os trabalhadores de hoje que se quiserem aposentar com aquela idade serão confrontados com uma escolha, já a partir de 2007, entre três alternativas, qualquer uma delas mais gravosa que a regra em vigor.

"Se na próxima década a esperança média de vida aumentar um ano, então quem se reformar daqui a dez anos terá três alternativas: ou a sua pensão é ajustada pelo 'factor de sustentabilidade', que se estima neste caso em cerca de 5%; ou para atenuar, parcial ou totalmente o efeito desse factor, o beneficiário opta por aumentar nos próximos dez anos o seu nível de descontos; ou ainda, finalmente, opta por prolongar, se assim quiser, a sua vida activa por mais cerca de cinco meses, por forma a compensar o efeito daquele factor de sustentabilidade", explicou o primeiro-ministro.

Por outras palavras, para escapar a uma penalização de 5% no valor da sua pensão, os trabalhadores ou aceitam descontar mais ou trabalhar mais tempo. Esta alteração, que se inspira parcialmente no modelo nórdico, encontra a sua justificação no aumento da esperança média de vida dos portugueses – para quem tem hoje 65 anos é de mais 15 anos – que está a sobrecarregar o sistema de Segurança Social. Por isso, uma fonte governamental sublinhou ao DN que "não se trata de reduzir em termos absolutos o valor da pensão, uma vez que as pessoas não só vão receber durante mais anos como, quando chegar o seu momento, terão pensões mais altas que as actuais, pois as suas carreiras são mais longas e os salários também."

Por outro lado, como ressaltou José Sócrates, a taxa de fecundidade caiu nos últimos 30 anos de 2,6 filhos



Garantia | José Sócrates assegurou que com a reforma apresentada a Segurança Social está em condições de garantir as pensões no futuro

para 1,5%. Aqueles dois factores conjugados fazem com que existam actualmente 2,6 activos por cada reformado, quando há 25 anos existiam 3,6 activos para financiar cada pensionista.

Essa é uma das razões pelas quais o plano de sustentabilidade da Segurança Social do Governo aposta também em incentivos à natalidade. Segundo o DN apurou, o Governo pretende reduzir a taxa social única para os trabalhadores com três e mais filhos, mantê-la para os que tenham até dois filhos e agravá-la para os que não tenham crianças. Em vez de avançar apenas com uma discriminação positiva, o Governo introduz uma discriminação negativa ao pretender que os trabalhadores sem filhos paguem mais do que os actuais 11% de descontos para a Segurança Social.

Para escaparem a uma penalização de 5% na pensão os trabalhadores têm de escolher entre trabalhar mais ou descontar mais

mação positiva, o Governo introduz uma discriminação negativa ao pretender que os trabalhadores sem filhos paguem mais do que os actuais 11% de descontos para a Segurança Social.

Ainda no domínio das pensões, o Governo não desiste do objectivo de antecipar a contagem de toda a carreira contributiva para o apuramento do valor da pensão. Em 2002 os parceiros sociais tinham acordado que essa regra entraria em vigor apenas em 2017, mas a evolução demográfica, o fraco crescimento económico e o crescimento do desemprego anteciparam a ruptura do sistema em mais de uma década face às projecções iniciais. Assim, o Governo quer antecipá-la o mais cedo possível, desejavelmente em 2007, embora a data só seja definida após negociação na concertação social, com

a garantia de que "não será aplicada a quem tem carreiras contributivas muito longas".

Do plano ontem apresentado consta ainda a fixação de um valor máximo para o pagamento de pensões do sistema público (tem sido referido o salário do Presidente da República), bem como uma nova regra para a actualização anual das pensões, que tenha em conta a inflação e crescimento da economia e "impeça a manipulação eleitoral" dos aumentos das pensões.

Embora José Sócrates não tenha quantificado o impacto financeiro das medidas agora anunciadas, assegurou que "com estas reformas a Segurança Social estará em condições de garantir as pensões no futuro", de modo a que "o Estado social que herdámos possa ser legado às futuras gerações".

Fonte do Governo disse ao DN que, "se as medidas propostas entrarem em vigor no próximo ano com esta formulação, o fundo de reserva do sistema perdurará até 2050", dando os primeiros sinais de desequilíbrio lá para 2020, quando no cenário actual entraria em ruptura em 2015. Os dados estão lançados. ■

Discussão com parceiros começa na próxima semana com exemplos europeus

Na próxima semana o Governo discutirá com os parceiros sociais as orientações de reforma da Segurança Social, que pretende implementar já a partir de 2007. Será dado o privilégio à negociação para discutir pormenores de execução, embora o Executivo não abdique das orientações agora apresentadas, disse ao DN uma fonte governamental. Os pontos mais polémicos serão a nova regra de fazer depender a idade de reforma ou o valor da pensão da esperança média de vida e a data a partir da qual contará toda a carreira contributiva para o cálculo da pen-

são. Os exemplos europeus, com vários países a aumentarem a idade de reforma e a alterarem a fórmula de cálculo das pensões, serão os principais aliados do Governo para convencer os parceiros da bondade das suas intenções. Mas na maior parte dos países não vigora a contagem de toda a carreira, mas dos últimos 25 anos. E a nova geração de políticas vai mais no sentido de bonificar as pensões de quem trabalha acima dos 65 anos. Na Suécia há um bônus de 6% por cada ano acima dos 65 anos e a pensão também depende da esperança de vida.

Medidas anunciadas pelo Governo

Apoio às famílias

Percentagem do vencimento das famílias a descontar para a Segurança Social

Sem filhos	Superior a 11%
Até dois filhos	Mantém-se os 11% (sem vigor)
Mais de dois filhos	Inferior a 11%



Mecanismos de apoio social a orfãos

Apoio reforçado para famílias monoparentais

Reformas

A idade da reforma mantém-se aos 65 anos, mas o aumento da esperança média de vida altera os cálculos:

Reforma completa

(Após os 65 anos, com mais cinco meses de trabalho)
(Aos 65 anos, com descontos superiores nos últimos 10 anos)

Perda de 5% na reforma

(Se a reforma for aos 65 anos)



Pensionistas

Ligação à esperança de vida

A idade legal de reforma mantém-se nos 65 anos, mas, na prática, para conseguir reformar-se nessa idade, sem uma penalização, ou opta por começar já a descontar mais ou aceita trabalhar mais. A penalização, denominada "factor de sustentabilidade", é calculada com base na esperança média de vida dos portugueses, que está a subir um ano por cada década. Hoje quem tem 65 anos tem uma esperança de mais 15 anos de vida, em média. Segundo a projecção apresentada pelo Governo, quem tenha hoje 55 anos e pretenda reformar-se daqui a dez anos terá três alternativas: ou a sua pensão é ajustada pelo "factor de sustentabilidade", que se estima, neste caso, em cerca de 5%, ou para atenuar esse efeito opta por aumentar nos próximos dez anos o seu nível de descontos; ou ainda, opta por prolongar a sua vida activa por mais cinco meses para compensar o "factor de sustentabilidade". O Governo tem a intenção de colocar esta medida em vigor já no próximo ano.

Se ainda está longe da reforma

Neste caso pode optar por começar já a descontar mensalmente mais do que 11% para a Segurança Social, de modo a não sofrer penalizações ou não ter de trabalhar mais. Os

cálculos, do agravamento necessário, ainda não estão feitos, mas o secretário de Estado da Segurança Social diz que "quanto mais cedo, melhor", para diluir o esforço pelo tempo. Esses cálculos serão apresentados aos parceiros sociais e discutidos em concertação social e só posteriormente serão aplicados.

Se está à beira da aposentação

Nesta situação as alternativas reduzem-se: ou aceita a penalização de 5% ou trabalha mais cinco meses para não prejudicar o valor da sua pensão. Por cada ano de aumento de espe-

rança média de vida expectável é necessário trabalhar apenas mais cinco meses, pois os outros são compensados pelas contribuições adicionais. Os meses adicionais variam em função da idade do trabalhador e da relação com a sua esperança média de vida.

Contagem da carreira

O Governo quer que toda a carreira contributiva conte para o cálculo da pensão o mais depressa possível. Um acordo com os parceiros sociais de 2002 estipulava que essa regra só vigoraria a partir de 2017, mas o Governo quer dis-

cutir com os parceiros sociais a sua antecipação. Actualmente a regra generalizada é a dos melhores dez dos últimos 15 anos. Para a maioria das pessoas as novas regras vão significar uma redução no valor da pensão face ao último salário, mas também há um grupo de pessoas que pode sair beneficiadas, especialmente aquelas em que a sua carreira se degradou nos últimos anos.

Limites máximos

As pensões pagas pelo sistema público passarão a ter um limite máximo. O Governo não o quantificou ontem, mas já tinha admitido a referência do salário do Presidente da República como um valor provável.

Aumentos anuais

As actualizações anuais do valor das pensões passarão a ser enquadradas por uma nova legislação que tem como objectivo "evitar a manipulação eleitoral" dos aumentos. Assim, as actualizações terão como referência o crescimento da economia e da inflação, sem interferência de outros critérios. Mas abre-se uma excepção para as pensões mais baixas, que poderão beneficiar de ajustamentos maiores, na linha do que tem sido, de resto, a prática dos últimos governos. ¹CA



Novas regras | As medidas a introduzir para as reformas deverão entrar em vigor já no próximo ano

Família

Incentivos à natalidade

Os descontos para a Segurança Social vão passar a depender do número de filhos, numa lógica que beneficia as famílias numerosas mas penaliza quem não tem filhos. Quem tiver três ou mais filhos passará a beneficiar de uma redução da taxa social única, enquanto os trabalhadores sem filhos verão aquela contribuição agravada. Os trabalhadores com dois filhos não deverão sofrer qualquer alteração, segundo disse ao DN fonte governamental. O Governo surpreendeu pela introdução de uma discriminação negativa, quando a prática das políticas sociais se tem pautado mais pelas discriminações positivas.

Sem filhos

Um trabalhador sem filhos será penalizado, vendo os seus

descontos para a Segurança Social serem agravados.

Com três ou mais filhos

A contribuição para a Segurança Social será reduzida dos actuais 11%. Os valores ainda não estão definidos e serão discutidos com os parceiros sociais.

Famílias monoparentais

As famílias monoparentais deverão ser objecto de um apoio reforçado. Falta ainda saber se as novas medidas se aplicam a mães ou pais separados, com a guarda de crianças, ou apenas a "mães solteiras" ou viúvas. Uma das hipóteses em estudo é, por exemplo, o valor do abono de família nestes casos ser aumentado. ¹

Prestações

Acumulação de trabalho com pensões

O Governo quer rever as actuais regras de acumulação de rendimentos do trabalho com pensões. Em causa estão sobretudo algumas situações em que pessoas que recebam pensões de invalidez e auferiram rendimentos pontuais do trabalho acabam por ficar prejudicadas, pois a existência de um determinado nível de rendimentos pode ser incompatível com o acesso a uma pensão.

Pensão de viuvez

Esta categoria de pensões também pode vir a ser alvo de revisões. Não está ainda definido mas está em estudo a possibilidade de esta pensão vir a ser sujeita a condição de recursos, tal como acontece com o complemento solidário para os idosos, lançado este ano pelo Governo. ¹

DEBATE MENSAL

Registamos contas que parecem não bater certas

FRANCISCO LOUÇÁ

O senhor [Sócrates] meteu na gaveta a lei da segurança social de Guterres

JERÓNIMO DE SOUSA

O PSD deixou o País à beira da recessão

JOSÉ SÓCRATES

Um grupo tão pequeno (12 deputados) teve três filhos no último mês

PIRES DE LIMA

PSD ataca Executivo com relatório do Banco de Portugal

Francisco Almeida Leite

O PSD preferiu centrar o debate nas questões económicas, passando ao lado da Segurança Social. Marques Mendes disse que José Sócrates deveria ter ido ao Parlamento "pedir desculpa pelos compromissos políticos falhados ao longo de 2005". Naquele que foi um dos momentos mais acesos do debate, só rivalizando com a contenda Sócrates vs Louçá, o líder do PSD questionou o primeiro-ministro sobre o crescimento da economia (acompanhado do agravamento do défice externo e do desemprego), o aumento dos impostos que não foi acompanhado por uma diminuição do défice e a redução da despesa do Estado. Sempre a citar o último relatório do Banco de Portugal. Sócrates contrapôs, quase até ao fim que o PSD não trazia a lição estudada e que não queria discutir as mudanças na Segurança Social. "É chocante", chegou a dizer o primeiro-ministro.

Acusando o Governo de estar apenas a "gerir o empobrecimento do Estado", Mendes definiu como prioridades o "relançamento da economia e a aposta no sector exportador". O primeiro-ministro ripostou com a acusação de o PSD ter deixado "o País à beira da recessão". A discussão do valor do défice e o chutar de culpas em relação ao primeiro trimestre de 2005 foi outro ponto forte. Mendes garante que o Executivo PSD/CDS conseguiu 5,3% de défice em 2004 e Sócrates diz que o PS



Ataque | Mendes acusou o Governo de ter falhado todas as promessas feitas em 2005 e acenou com números da economia

conseguiu reduzir de 6,8% para 6% o défice nos últimos três trimestres de 2005. "Nunca vi este Governo embandeirar em arco sobre o estado da economia", garantiu Sócrates, que acusou várias vezes o líder do PSD de querer "flexibilizar os despedimentos na Função Pública" ou de ter incluído na moção ao congresso o TGV: "Em matéria de TGV, o senhor deputado muda de opinião a altíssima velocidade". Um "descaramento", segundo Mendes, porque Sócrates, "se sabe fa-

zer contas, seis é mais do que cinco".

À esquerda, Francisco Louçá acusou o Governo de ter "as contas mal feitas" no novo cálculo para as pensões. Segundo o líder do BE, das cinco medidas "duas aumentam a despesa"; a alteração da taxa de substituição "só tem efeito a 10 ou 20 anos"; e a outra medida "reduz a despesa em pensões em 10 ou 15% e ganha três anos". Sócrates reagiu com violência e acusou o líder do BE de "demagogia", assegurando que se a solução é penali-

zar mais as empresas os grandes prejudicados seriam os trabalhadores. Pires de Lima (CDS) elogiou o incentivo à natalidade, mas mostrou reservas quanto ao efeito das mudanças nas pensões mínimas e também em relação à recusa de abertura ao sector privado. Já Jerónimo de Sousa (PCP) acusou Sócrates de renegar o passado recente: "O senhor meteu na gaveta a Lei da Segurança Social de Guterres e tornou-se o fiel executor" da lei aprovada pelo Governo PSD/CDS.

Críticas ao Governo na bancada do PS

Pedro Correia

Na reunião da bancada socialista realizada ontem em São Bento alguns deputados criticaram a metodologia do Governo, que manteve na ignorância o grupo parlamentar sobre o conteúdo concreto das medidas anunciadas por José Sócrates.

Não faltou mesmo quem contestasse o facto de os deputados que

apoiam o Executivo "só saberem pelos jornais" a matéria em causa. Segundo a reconstituição feita ao DN por alguns dos participantes, João Cravinho foi um dos deputados mais críticos, alertando contra as possíveis reacções de protesto, na sociedade portuguesa, às medidas que Sócrates ontem levou ao plenário.

Mas o ponto principal das críticas foi mesmo a falta de informação prestada pelo Executivo aos deputados. Um facto tanto mais grave, co-

mo alguns assinalaram, por se tratar de matéria que em parte se enquadra na área de reserva legislativa do Parlamento.

Entre os deputados mais críticos, destacaram-se também Leonor Coutinho, Miguel Coelho e Marques Júnior. Tendo o próprio presidente da bancada parlamentar, Alberto Martins, revelado "compreensão" por alguns dos reparos efectuados.

"Entendo que o Governo pretende provocar um efeito surpresa. Mas

quando revela aos jornais, de véspera, o que levará ao plenário no dia seguinte, devia disponibilizar igualmente essa informação aos deputados. Sobre tudo aos deputados que integram a bancada que o apoia. Até porque se trata de matéria relevante, em termos de finanças públicas, e de impacto na vida quotidiana dos portugueses. Além disso, seremos nós a discutir posteriormente este tema", disse Leonor Coutinho ao DN.

REACÇÕES

UGT disposta a negociar



A UGT está disponível para discutir em concertação social as medidas de reforma da Segurança Social apresentadas, considerando que existe espaço para negociação. O secretário-geral da UGT, João Proença, classificou de positivo que algumas das medidas sejam aplicadas gradualmente, referindo-se nomeadamente à ligação das pensões à evolução da esperança média de vida e à aceleração da entrada em vigor da fórmula de cálculo que considera toda a carreira contributiva. No entanto, Proença alertou que o primeiro-ministro não explicou a fórmula que vai ser utilizada na ligação da pensão à esperança de vida e qual o período de transição da fórmula de cálculo das pensões. "Abre-se um espaço de negociação em sede de concertação social que desejamos que termine num acordo", disse o secretário-geral da UGT. João Proença considerou igualmente positivo que o Governo não tenha aumentado a idade de reforma, mas, por outro lado, lamentou que não tenha sido feita qualquer referência ao reforço dos mecanismos complementares de Segurança Social, envelhecimento activo, flexibilidade da idade de reforma, taxas sociais reduzidas e longas carreiras contributivas. O dirigente sindical enumerou como essencial a promoção do envelhecimento activo e a salvaguarda das longas carreiras contributivas. E defendeu que a fórmula de cálculo das pensões deverá ter em conta toda a carreira contributiva.

CGTP critica "contradição"



O secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, criticou ontem as medidas anunciadas pelo Governo em matéria de Segurança Social, dizendo que nesta matéria "tem de haver seriedade" e que as propostas do Executivo, ontem apresentadas no debate mensal de José Sócrates com os deputados, revelam uma "contradição monumental".

"Quando se trata de Segurança Social, o Governo invoca o aumento da esperança média de vida para os trabalhadores continuarem no mercado de trabalho. O que é uma forma indirecta de ser aumentada a idade da reforma".

E esta medida, além de ser negativa, é para o líder da confederação sindical, uma contradição com o que se passa na prática: "Ai, no dia-a-dia, quer no sector privado quer no sector público, o que vemos na prática todos os dias é que se empurra os trabalhadores mais velhos para fora do mercado de trabalho." Tem que haver seriedade, há aqui uma contradição monumental", rematou Manuel Carvalho da Silva.

Reformas mais baixas para todos já em 2007

Para evitarem penalização, trabalhadores terão de descontar mais ou trabalhar mais tempo

2 a 4